

EDITORIAL

Uma vez mais, nossos leitores observarão que artigos submetidos por fluxo contínuo compõem o presente número da *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Com satisfação, reconhecemos nesta configuração um reflexo da consolidação de nossa RBEUR como um veículo de reconhecida qualidade entre os pesquisadores da comunidade científica da área do Planejamento Urbano e Regional e de áreas afins, brasileiros e também, mais recentemente, latino-americanos e de países europeus. Esta qualidade, expressa agora também na procura de autores estrangeiros pela Revista, começa a se manifestar em termos de crescente internacionalização, em sequência a esforços realizados pela Comissão Editorial. Ampliar a difusão da produção científica brasileira no debate internacional e veicular contribuições de autores estrangeiros na academia brasileira têm inspirado iniciativas implementadas ao longo dos últimos anos, que ora começam a concretizar resultados. Assim, dois dos nove artigos que compõem o número 19/2 da RBEUR são contribuições de autores estrangeiros, submetidos igualmente por fluxo contínuo e avaliados por pareceristas *ad hoc*, aos quais reiteramos nossos agradecimentos.

Sendo artigos submetidos espontaneamente, não se dedica o presente número a um tema específico, por óbvio. Entretanto, o material confiado à RBEUR por seus autores permitiu encadeamento dos artigos que reflete a prevalência de temas como contribuições conceituais sobre a natureza do espaço urbano, reflexões sobre movimentos sociais urbanos e participação social no planejamento, de um lado, mas também a emergência de temas novos, como a questão da articulação entre espaço urbano e inovação tecnológica, passando por análises de questões empíricas singulares como a economia noturna LGBT e a Amazônia Azul, de outro lado. O encadeamento dos artigos a seguir apresentados reitera essa percepção que expressa, a nosso ver, o conceito que fazem pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre a RBEUR enquanto veículo contemporâneo para divulgação de contribuições científicas qualificadas em torno de temas clássicos e emergentes, tradicionais e inovadores.

A sequência de artigos começa com três diferentes abordagens em torno do debate conceitual sobre o espaço urbano, temática central para a RBEUR. A primeira delas é apresentada no artigo “Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos”, de **Elson Manoel Pereira**, que se dedica a um esforço de aprendizagem a partir de balanço crítico do planejamento urbano participativo desde suas primeiras experiências, na perspectiva da categoria geográfica do território. Interessado em desvendar os condicionantes de processos participativos de qualidade – além daqueles referenciados pela bibliografia (vontade política, tradição participativa, condições institucionais, adesão dos técnicos aos processos) –, o autor examina a elaboração de planos diretores municipais de ordenamento do uso e ocupação do solo. A análise o conduz a enfatizar a imprescindibilidade de compreensão do território para o qual se planeja. Apoiado no levantamento dos procedimentos adotados na preparação do Plano Diretor de Florianópolis, iniciado em 2006 e instituído em 2014, Pereira reconhece a existência de conflitos territoriais que não seriam revelados em processos tecnocráticos. Ademais, sublinha que a participação, ao fortalecer as territorialidades historicamente construídas, traz consigo o potencial de impedir que se estabeleça a territorialidade do capital, em particular do capital imobiliário.

O tema em torno da questão urbana segue com as ocupações de áreas urbanas em Belo Horizonte, foco da análise empreendida por **Camila Diniz Bastos, Felipe Nunes Coelho Magalhães, Guilherme Marinho Miranda, Harley Silva, João Bosco Moura Tonucci Filho, Mariana de Moura Cruz e Rita de Cássia Lucena Velloso** no artigo “Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte”. Os autores interrogam se essas práticas, mais especificamente as lutas (ações de

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2017v19n2p207>

resistência) e o cotidiano vivido pelos seus moradores (construção coletiva das ocupações), ocasionaram diferenciações espaciais. Averiguando o caso de ocupações em Belo Horizonte – à luz dos ensinamentos de Henri Lefebvre acerca do *espaço diferencial* em meio às contradições do *espaço abstrato* vigente –, os autores concluem que, embora as ocupações sejam experimentações político-comunitárias, emerge no seu interior o *espaço abstrato* por meio de diversos dispositivos (mercado imobiliário informal, segurança pública e convivência com atividades ilícitas). Desse modo, se, por um lado, as ocupações atuam na direção oposta à produção do espaço hegemônico da metrópole, por outro, reproduzem práticas condizentes com o espaço social hegemônico. Daí a contribuição dos autores: a apreensão dos obstáculos de uma apropriação espacial efetivamente produtora de diferenças e, como desdobramento, a necessidade de se “pensar em modos de atualizar os sentidos concretos das ações contra-hegemônicas, em outros espaços” (p. 265).

Um desses “outros espaços” é analiticamente contemplado por **Gustavo Resgala** no artigo “A moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias”. Coincidentemente, neste mesmo número, um segundo autor discorre sobre *espaços diferenciais e abstratos*, tendo também como principal apoio teórico Henri Lefebvre. O que o distingue do artigo anterior é a indagação de partida: a moeda social é capaz de demarcar um território no qual ganhe força a diferença e a criatividade? A partir da análise da experiência do Banco Comunitário de Palmas – cujos sócios são 35.000 pessoas, moradoras do Conjunto Palmeiras (Fortaleza-CE), e cuja moeda (Palmas) circula desde 2000 –, Resgala remata que uma experiência coletiva/comunitária (questionadora da autonomia do sistema monetário ao ponto de introduzir uma moeda local) constrói, sim, a diferença. Apesar disso, segundo o autor, a sua simples introdução não é suficiente para evidenciar um desenvolvimento local, nem anunciar a emergência do urbano, nos termos lefebvrianos, a partir da periferia. O importante é que essa adoção evidencia aspectos de produção de um espaço diferenciado, frente ao espaço abstrato cuja produção é hegemônica na produção das cidades. Cabe anotar que as reflexões apresentadas iniciam uma pesquisa que deverá contemplar dois Bancos Comunitários – Esmeradas e Igarapé –, ambos atuantes em Belo Horizonte. Provavelmente, por meio delas, novas ideias sobre esse tema serão por Resgala acrescentadas

O artigo seguinte conduz o leitor à temática emergente. Com um título instigante, “Só para o moço de corpo dourado do sol de Ipanema: distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro”, o trabalho de **Diego Santos Vieira de Jesus** propõe – a partir de pesquisas bibliográfica e qualitativa (entrevistas) – debater sobre um tema pouco abordado nos estudos urbanos e regionais: a distribuição espacial da economia noturna LGBT na cidade do Rio de Janeiro e a relação que se estabelece com as indústrias criativas (artes de espetáculos e gastronomia). Fundamentado nos parâmetros excludentes do “capitalismo rosa” – entendido como a incorporação das necessidades estéticas e culturais da comunidade LGBT pela economia de mercado, especialmente aquelas decorrentes de homens gays, cisgêneros, ocidentais, brancos e integrantes da classe média alta –, o autor argumenta que o desenvolvimento desse nicho de mercado na aludida cidade resulta das ações da Prefeitura, do empresariado e dos usuários dos serviços dessa economia. Em suas linhas centrais, esses agentes redefinem o seu papel na demarcação da economia noturna para essa comunidade. Além de mostrar a concentração dos serviços no Centro e na Zona Sul do Rio de Janeiro, o autor deixa evidente que a mencionada incorporação deu-se pelo aumento da clientela e não necessariamente pelo reconhecimento da diversidade sexual no sistema capitalista, o que, evidentemente, reproduz o caráter excludente desse mercado.

Os artigos que se seguem enfocam o espaço em diferentes escalas a partir de abordagens da dimensão econômica. O primeiro deles, “The economic and spatial restructuring and development process in the North Sector of the Metropolitan Region of Belo Horizonte, Minas Gerais”, assinado por **Luciano dos Santos Diniz** e **Maura Pardini Bicudo Vêras**, enfrenta a problemática da conhecida associação entre planejamento estratégico de cidades, investimentos públicos e apropriação privada de valorização imobiliária, agora sob a supremacia do capital financeiro sobre o capital industrial. Tomando como

objeto empírico o chamado Vetor Norte da metrópole mineira, os autores defendem que tal supremacia estaria redefinindo o próprio senso de espaço. Baseando-se também em Lefebvre, de um lado, e no argumento da “máquina urbana de crescimento” de Molotch e Logan, o artigo procura demonstrar que a expansão em direção ao norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, num período de acentuada expansão da renda das famílias, do emprego e do investimento público, reedita com vigor a coalizão de interesses que vêm redesenhando estruturas espaciais em benefício da valorização de capitais privados no Brasil, a exemplo de fenômenos semelhantes observados em inúmeros centros urbanos em escala global.

A dimensão econômica preside também o artigo que vem a seguir, “Distribuição espacial de equipamentos de mamografia no Brasil”, remetendo o leitor à questão clássica do desequilíbrio regional, na perspectiva da oferta de serviços de atenção à saúde. Partindo do pressuposto de que, no Brasil, existe uma quantidade suficiente de mamógrafos para o atendimento da demanda nacional estimada, **Pedro Amaral, Luciana Luz, Francisco Cardoso e Rosiene Freire** questionam se há regiões não atendidas em decorrência da concentração de uma quantidade superior à necessária em determinados espaços. Tal indagação parte da nota técnica do Instituto Nacional do Câncer (INCA) que limita o alcance da oferta a uma distância de 60 quilômetros. Para respondê-la, os autores primeiramente indicam que a análise espacial tem sido amplamente utilizada em diversos trabalhos para explorar a relação entre a acessibilidade e a localização dos equipamentos de saúde. No entanto, não consideram a rede de oferta de equipamentos a partir da distância entre demanda potencial e oferta de equipamento no âmbito municipal. Frente a isso, fundamentados nos dados do INCA sobre oferta e demanda de equipamentos de mamógrafos, se propõem a estudar essa relação. A análise permite que os autores concluam que a distribuição espacial desses equipamentos não ocorre de forma equilibrada no território nacional. No que se refere particularmente ao Sistema Único de Saúde (SUS), o desequilíbrio entre a oferta e a demanda se intensifica, quando comparado à rede privada. Significa isso que parte da população permanece sem cobertura pela provisão desse tipo de equipamento. Assim sendo, a oferta de mamógrafos pode ser aprimorada por meio da avaliação das demandas locais.

O debate sobre as desigualdades regionais atravessa também o artigo de **Fernando Campos Mesquita e Daniel Pereira Sampaio**, “Geographical proximity and technological intensity in manufacturing: evidence from the periphery of the São Paulo-Brasília axis at the beginning of the 21st century”. Tomando como referência o debate sobre proximidade geográfica (aqui entendida como distância euclidiana), os autores atualizam o debate sobre desconcentração industrial que mobilizou estudiosos nos anos 1980 e 1990, procurando verificar a continuidade da prevalência da tendência à concentração em face do progresso técnico nas infraestruturas de transporte e comunicações que vem facilitando as transações a distância. Com o foco na escala regional (e não na totalidade do território nacional), a pesquisa ateu-se à região compreendida pelo “eixo São Paulo-Brasília”, observado a partir da sua subdivisão em três partes (ou três periferias). Mapeando a indústria de transformação no espaço do referido eixo por intensidade tecnológica, os autores argumentam que, mais que a oferta avançada de meios de comunicação e transporte, são os municípios que concentram força de trabalho qualificada e infraestruturas científicas e tecnológicas aqueles que estariam intensificando posições vantajosas no contexto da chamada economia do conhecimento. Como estes se localizam mais próximos do centro de gravidade da economia nacional – a metrópole paulista –, renova-se, portanto, a tendência predominante de concentração do investimento de mais alto valor nos centros dinâmicos, observada na literatura sobre produção capitalista do espaço desde os anos 1980.

A questão da inovação tecnológica é também abordada no artigo seguinte, de caráter bem mais conceitual, que pretende formular uma reflexão sobre as conexões entre inovação, desenvolvimento e espaço urbano. Trata-se do artigo “Inovação, desenvolvimento e espaço urbano: uma relação necessária mas não suficiente”, de autoria de **Valdir Roque Dallabrida, Maria das Mercês Cabrita Mendonça Covas e António Manuel Alinho Covas**. Estimulados pela avaliação largamente defendida atualmente de que

competências inovativas são fator essencial para o desenvolvimento regional – argumento compartilhado no artigo anterior –, os autores propõem que o debate requer problematização. Com base em ampla revisão da literatura sobre a “relação triangular”, construída segundo perspectivas temáticas distintas que compõem as subseções do artigo, os autores concordam com a visão predominante na literatura de que o espaço urbano oferece condições propícias ao processo de inovação. Entretanto, alertam que desenvolvimento remete à ideia de um processo “mais integrador, mais inteligente, mais inclusivo, mais eclético, ou seja, eticamente mais responsável perante aos seus cidadãos” (p. 360), rejeitando, portanto, a noção de que bastaria a um dado centro urbano deter as tais competências inovativas para automaticamente alcançar o almejado desenvolvimento. O processo de desenvolvimento, de um lado, e o processo de inovação, de outro, constituem matéria bem mais complexa.

A seção de artigos do presente número é fechada com o trabalho “The new Brazilian Space: Amazônia Azul and its implications”, cuja temática é certamente nova e oportuna para a atualização do debate urbano e regional brasileiro na presente conjuntura político-institucional que vem transformando aceleradamente o marco legal em que se baseia o desenvolvimento nacional, desde a deposição da Presidenta Dilma Rousseff. De autoria de **Marianne L. Wiesebron**, e apresentando um olhar estrangeiro sobre questão ainda pouco refletida no campo dos estudos urbanos e regionais e afins no país, esperamos que o artigo possa gerar alguma inquietação na comunidade científica nacional da área ao nos propiciar um espelho que reflete a pequena atenção que vimos dando à riqueza em termos de biodiversidade, recursos minerais e geopolítica das águas territoriais brasileiras que adentram o Oceano Atlântico. A grandiosa extensão da faixa litorânea do território nacional tem sido objeto de numerosos – e importantes – estudos na perspectiva crítica da apropriação de áreas costeiras, aí incluídos, entre outros, conflitos entre comunidades de pescadores e grandes projetos imobiliários e turísticos, alguns dos quais publicados na RBEUR. Em contrapartida, os cerca de 4,5 milhões de km² das águas jurisdicionais brasileiras (equivalente a mais de 50% do território nacional) seguem desconhecidos na pesquisa científica na área PUR. Em tempos de alienação do patrimônio nacional a grupos estrangeiros, notadamente as reservas do Pré-Sal – que garantiriam as perspectivas para o desenvolvimento da educação e da pesquisa por meio da expansão significativa dos *royalties* do petróleo –, há que se intensificar esforços de análise dessas alienações, inclusive aquelas situadas nas águas jurisdicionais brasileiras. Compreendendo que não defendemos o que não conhecemos, a autodeterminação dos brasileiros sobre sua Amazônia Azul (originalmente assim denominada por um almirante da Marinha Brasileira, como nos esclarece a autora) pressupõe, antes de mais nada, iniciativas para sua apropriação enquanto linha de investigação por grupos de pesquisa nacionais. Nessa perspectiva, inserimos no presente número e incentivamos a leitura do artigo de Wiesebron sobre esse patrimônio nacional pouco conhecido pelos brasileiros, mas de importância estratégica para o país. Nele, os leitores acompanharão a construção histórica e a delimitação do que a autora chama de “novo espaço brasileiro”, o qual, a exemplo de outras interpretações sobre o conceito de espaço, resulta de construção social que vem se travando desde a assinatura da convenção das Nações Unidas sobre a Lei do Mar, em 1982, a qual possibilitou ao país o domínio exclusivo sobre a faixa oceânica de 200 milhas náuticas da costa, na qual encontra-se o pré-sal, entre outras riquezas naturais. Esse novo espaço em construção recebe cuidadosa atenção na última década, quando, segundo a autora, o governo Lula inicia processo de planejamento do desenvolvimento sustentável da Amazônia Azul, sob a liderança da Marinha do Brasil, que culminou com a formulação da Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). Com essa iniciativa, a Marinha brasileira assume papel inovador no mundo ao incluir questões de desenvolvimento sustentável em sua agenda tradicionalmente dedicada apenas ao campo da defesa. Ao mesmo tempo, aproxima-se de universidades e institutos de pesquisa com cuja colaboração foram formulados, além da PNRM, oito Planos Setoriais para os Recursos Marinhos até 2016, assim como medidas para sua proteção. Toda essa construção do “novo espaço” brasileiro encontra-se atualmente ameaçada pelo neoliberalismo radical do governo Temer, cujas medidas retrógradas se beneficiam da

prisão, no escopo da operação Lava Jato, do Almirante Othon Luiz Pinheiro da Silva, físico nuclear e líder do Programa Nuclear brasileiro, condenado a 43 anos de prisão pelo Juiz Sérgio Moro, decisão que tem gerado indignação na comunidade acadêmica. Continuar a tarefa dos estudos urbanos e regionais de conhecer a construção do espaço, o novo e o antigo, é, mais que nunca, fundamental para resistir à sua exploração em benefício de poucos.

Nessa direção, pode-se compreender também os demais textos das seções *Memórias da Presidência* e *Resenhas* que completam o presente número. De um lado, a resenha do livro de Caio Maciel e Emílio Tarlis Pontes – *Seca e convivência com o semiárido: adaptação ao meio e patrimonialização da Caatinga no Nordeste brasileiro* –, escrita por **Thiago Romeu**, lança novos elementos de análise sobre um dos espaços mais antigos de nosso país, o que não significa que ele seja compreendido em suas mais variadas dimensões ou, menos ainda, livre da concentração de poderes políticos e econômicos nas mãos de agentes hegemônicos. Segundo Romeu, o livro se insere no debate atual da Economia Política da Globalização e chama a atenção para as disputas discursivas em torno das noções de “adaptação” e de “convivência” com o Semiárido brasileiro, tomando como referência empírica o Sertão do Pajeú, em Pernambuco.

E de outro, o depoimento de **Ester Limonad**, “Lá se vão trinta anos de ANPUR...”, registra as atividades da diretoria da ANPUR no período 2011-2013, inicialmente presidida pela saudosa professora Ana Clara Torres Ribeiro e conduzida pela professora Ester Limonad a partir de dezembro de 2011. Além das realizações daquela gestão, organizadas em três eixos – fortalecimento institucional, relações institucionais e produção acadêmica –, o texto resgata diversos momentos da trajetória da Associação, que por meio de sua atuação política e acadêmica alcançou trinta anos em 2013, durante a gestão coordenada por Ester Limonad, combinando estímulos ao avanço da produção científica da área PUR com a defesa dos valores da justiça social, do direito à cidade e da democratização do conhecimento.

Boa leitura!

Ana Cristina Fernandes

Editora Responsável RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, PE, Brasil

Norma Lacerda

Editora Assistente RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE, Brasil

Tiago Cargnin Gonçalves

Secretário Executivo RBEUR – Universidade Federal de Pernambuco,
Departamento de Ciências Geográficas, Recife, PE, Brasil